

AGRICULTURA SC

EDIÇÃO Nº 80 | JULHO DE 2020



Fechamento autorizado,
pode ser aberto pela ECT.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUMENTA PRODUTIVIDADE DE LEITE EM SC

Páginas 10 a 12

PLANO SAFRA 2020/2021

Mais recursos e juros menores
atendem demandas do setor

Páginas 4 e 5

AGRONEGÓCIO

FAESC cobra medidas
de apoio à cadeia
leiteira em SC

PPáginas 6, 7 e 8

APICULTURA

ATEG desenvolve
produção de mel
no Estado

Páginas 16 e 17

EDUCAÇÃO

Faculdade CNA abre
vagas para graduação
em São Joaquim

Páginas 18

O LEITE E A SEGURANÇA ALIMENTAR

José Zeferino Pedrozo - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (FAESC) e do Conselho de Administração do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SC)



A produção de leite é uma atividade que se instalou em território catarinense na primeira metade do século passado, mas foi a partir da década de 1960 que começou a incorporar melhorias com a importação de vacas puras de origem da Alemanha. A partir de então se desenvolveu uma (inicialmente) lenta e contínua incorporação de tecnologias em genética, nutrição animal, manejo, profilaxia, higiene, cultivo de pastagens, gestão e controle de custos.

A cadeia produtiva do leite é essencial para a segurança alimentar de qualquer país. Também é muito sensível em razão de fatores climáticos e mercadológicos, o que exige políticas públicas de apoio e proteção. Infelizmente, essas políticas não tiveram êxito e as crises cíclicas que afetam o setor expulsaram da atividade muitos pequenos produtores. Há 20 anos, praticamente todos os cerca de 200 mil estabelecimentos rurais produziam leite; hoje são apenas 33 mil. O IBGE identificou que, a cada ano, entre 1 mil e 1,5 mil produtores rurais desistem da pecuária leiteira comercial, ou seja, aquela que gera excedente. Mesmo assim, o leite ainda tem grande importância social e econômica para Santa Catarina. O Estado é o quarto produtor nacional e gera 3,059 bilhões de litros ao ano. Proporciona renda

mensal às famílias rurais e contribui para o controle do êxodo rural. O oeste catarinense responde por 75% da produção.

A principal queixa de quem produz é que o mercado de lácteos, no Brasil, é uma gangorra: alterna períodos de excesso de oferta e preços raquíticos que não repõem os custos de produção com épocas de escassez e preços elevados. É ilusório pensar que em alguns períodos quem ganha é o consumidor e, em outros, o produtor ou a indústria. Na verdade, todos perdem.

Apesar do regime de livre mercado em que vive o Brasil, a FAESC sempre defendeu que preservar e viabilizar a cadeia produtiva do leite é uma questão de segurança alimentar para o País. Boa parte dos países desenvolvidos age nessa direção.

O futuro da pecuária leiteira é seguir o caminho da avicultura e da suinocultura catarinense: conquistar o mercado internacional. Para exportar é necessário melhorar a competitividade do produto lácteo barriga-verde “dentro e fora da porteira”. Nas últimas décadas a cadeia produtiva vem investindo forte na qualificação do produtor e na permanente busca da qualidade do produto final. É isso que o sistema sindical patronal rural está priorizando com treinamentos,

capacitação e o Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) em Bovinocultura Leiteira. Ao lado da melhoria da competitividade é imperioso, simultaneamente, contemplar a correção das distorções tributárias, a redução de impostos e os estímulos às exportações. Tornar o Brasil um exportador de produtos lácteos deve ser uma meta permanente. Para isso, devem ser adotadas medidas que estimulem o consumo interno e oportunizem as vendas externas.

“Fora da porteira” urgem os investimentos em infraestrutura e políticas macroeconômicas, iniciativas que devem ser protagonizadas pelo Governo Federal. A situação das rodovias, portos, armazéns, a atuação dos organismos de controle sanitário e estrutura fiscal que disciplina o comércio internacional afetam diretamente a competitividade.

Santa Catarina tem condições naturais favoráveis para a atividade leiteira em razão da concentração da produção e da exclusão de produtores de outras cadeias produtivas, da adoção de sistemas eficientes de produção e da profissionalização dos criadores. Entretanto, é preciso resgatar a viabilidade da atividade para que o produtor tenha renda e, a sociedade, matéria-prima de primeira necessidade.



R. Delminda Silveira, 200 - Agronômica, Florianópolis - SC, 88025-500 - Fone (48) 3331-9700
FAESC: facebook.com/FAESCSantaCatarina | SENAR/SC: facebook.com/SENARSC | www.SENAR.com.br

DIRETORIA DA FAESC 2015/2019: Presidente: José Zeferino Pedrozo, 1º vice-presidente: Enori Barbieri, 2º vice-presidente: Milton Graciano Peron, 1º vice-presidente de secretaria: João Francisco de Mattos, 2º vice-presidente de secretaria: João Romário Carvalho, 1º vice-presidente de finanças: Antônio Marcos Pagani de Souza, 2º vice-presidente de finanças: José Antônio de Pieri. **VICE-PRESIDENTES REGIONAIS:** Adelar Maximiliano Zimmer (Extremo-Oeste), Américo do Nascimento (Oeste), Wilson Antônio Verona (Meio Oeste), Mauro Kazmierczak (Planalto Norte), Lindolfo Hoepers (Vale do Itajaí) Márcio Cicero Neves Pamplona (Planalto Serrano) e Villibaldo Michels (Sul). **CONSELHO FISCAL EFETIVO:** Fernando Sérgio Rosar, Gilmar Antônio Zanluchi e Donato Favarin. **CONSELHO FISCAL SUPLENTE:** Nilton Goedert, Fabrício Luiz Stefaní e Dionício Scharf. **CONSELHO ADMINISTRATIVO DO SENAR/SC:** Presidente do Conselho Administrativo - Gestão 2015/2018: José Zeferino Pedrozo. **CONSELHEIROS:** Walter Dresch (Titular), Luis Sartor (Suplente). **Representantes:** Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC) | Marcos Antônio Zordan (Titular), Neivo Luiz Panho (Suplente). | **Representantes:** Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) | Ricardo de Gouvêa (Titular), Cinthya Monica da Silva Zanuzzi (Suplente).

Representantes: Agroindústria | Daniel Klüppel Carrara (Titular), Adilcio Pedro Pazzeto (Suplente). **Representantes:** SENAR Administração Central. **CONSELHO FISCAL:** Rita Marisa Alves (Titular), Pedro Cavalheiro de Almeida (Suplente) | **Representantes:** SENAR Administração Central | Tatiane Mecabó Cupello (Titular), Gilberto Modesto da Silva (Suplente) | **Representantes:** Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) | Joãozinho Althoff (Titular), Acir Veiga (Suplente) **Representantes:** Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc). **DIRETORIA:** Superintendente: Gilmar Antônio Zanluchi

MB Comunicação: Jornalista Responsável: Marcos Antônio Bedin (Reg. Jornalista profissional MTB SC 0085-JP). Edição: Keli Magri. Redação: Marcos Antônio Bedin, Alessandra Cristina Favretto, Keli Magri, Lisiane Kerbes, Marciane Paz.

Diagramação / Impressão: COAN Indústria Gráfica
Tragem: 5.500 exemplares.



FAESC, FAEP E FARSUL SE UNEM EM DEFESA DOS FUMICULTORES

Em manifesto assinado pelos presidentes, as Federações da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), do Paraná (FAEP) e do Rio Grande do Sul (FARSUL), cobram o cumprimento da Lei da Integração (13.288/2016) pelas indústrias fumageiras do Sul do País e a reposição imediata dos custos de produção na tabela de preços do tabaco. A medida atende reclamação dos produtores de fumo dos três Estados que estão perdendo rentabilidade nas últimas safras. Os fumicultores estão encerrando a colheita 2019/2020 com média de venda abaixo dos custos.

De acordo com levantamento da Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração do Tabaco (CADEC), os

custos de produção para esta safra variam de R\$ 8,19 a R\$ 9,38 por kg, com produção média entre 2.352 e 2.703 kg por hectare. Os preços praticados na comercialização, no entanto, estão abaixo dos valores pagos pelos produtores.

O presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, afirma que as 12 indústrias que fazem parte do sistema sindical do setor precisam cumprir a Lei da Integração e melhorar a tabela de preços, defasada há várias safras. O dirigente destaca que a Lei prevê que o preço do tabaco deve sempre resultar de acordo entre produtores de fumo e as empresas, fator que beneficia toda a cadeia. Em Santa Catarina, as principais regiões produtoras são Vale do Itajaí e Norte.

“Nossos produtores estavam entusiasmados com a safra deste ano, devido à alta do dólar que representaria maior ganho ao produto de exportação no Estado. Porém, a expectativa virou frustração na hora da venda. Os valores pagos não cobrem os custos, o que está deixando os fumicultores inconformados”, relata o presidente ao justificar a manifestação das Federações.

“Cobramos uma explicação das indústrias quanto aos valores aplicados. Os produtores não podem continuar amargando prejuízos”.

Além do presidente da FAESC, assinam o documento o presidente da FAEP, Ágide Meneguette e o presidente da FARSUL, Gedeão Silveira Pereira.

PRODUÇÃO E MERCADO

O Sul do Brasil concentra 99% da produção de tabaco do País e exporta 80% do total produzido. A atividade é uma das agroindustriais mais significativas e está presente em 557

municípios da região, além de gerar mais de 103 mil empregos sazonais na contratação de mão de obra, principalmente, durante a colheita. Em Santa Catarina, cerca de 60 mil pro-

priedades dedicam-se ao cultivo.

No País, o tabaco movimentou mais de R\$ 6 bilhões ao ano, segundo dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra).

MAIS RECURSOS E JUROS MENORES ATENDEM DEMANDAS DO SETOR

Aporte de 6,1% a mais em recursos para financiamento, ampliação da verba para pequenos e médios produtores, subvenção 30% maior no seguro rural e investimento de R\$ 2,7 bilhões no apoio à comercialização foram os principais pontos positivos do Plano Agrícola e Pecuário 2020/2021 anunciado pelo Governo Federal. A avaliação é do presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, que elogiou o trabalho da ministra da Agricultura, Maria Tereza Cristina, especialmente pelo aumento disponibilizado no volume de recursos para crédito e seguro rural.

O Plano Safra deste ano disponibilizará à agropecuária nacional R\$ 236,3 bilhões para custeio, comercialização,

industrialização e investimentos, R\$ 13,5 bilhões a mais que a última safra, que se encerra no próximo dia 30. Os financiamentos podem ser contratados a partir do dia 1º de julho de 2020 até 30 de junho de 2021. A safra 2020/2021 de grãos inicia em setembro.

Os recursos destinados aos investimentos também cresceram em média 29%. Os pequenos produtores rurais terão R\$ 33 bilhões para financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com juros de 2,75% e 4% ao ano, para custeio e comercialização. Para os médios produtores rurais serão destinados R\$ 33,1 bilhões, por meio do Programa Nacional

de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), com taxas de juros de 5% ao ano (custeio e comercialização). Para os grandes produtores, a taxa de juros será de 6% ao ano. O plano também traz reduções de 11,8% a 25% nas taxas de juros das linhas de financiamento contempladas.

“Os recursos disponibilizados estão dentro da expectativa do setor. Para Santa Catarina, que tem como base a agricultura familiar formada por pequenos e médios produtores, a ampliação da verba destinada ao Pronaf e ao Pronamp, bem como a redução de juros para estes programas, são importantes e vão atender a demanda estadual”, analisa Pedrozo.

SEGURO RURAL

Outro ponto destacado refere-se ao Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR) que terá o volume recorde de R\$ 1,3 bilhão, 30% a mais do que no ano passado. O montante beneficiará a contratação de 298 mil apólices, a cobertura de 21 milhões de hectares e um valor segurado de R\$ 58 bilhões. Para o presidente da FAESC, este é um dos principais avanços.

“A ampliação da verba destinada ao seguro rural é muito importante. Neste ano, além da pandemia do novo coronavírus, Santa Catarina viveu a pior estiagem dos últimos 14 anos, o que ressalta a relevância do seguro para o agricultor”, comenta.



REDUÇÃO DE JUROS

A única ressalva do setor ao Plano Safra anunciado é em relação à redução dos juros, abaixo do esperado. Os juros de custeio tiveram quedas que variam entre 0,25 e 2 pontos percentuais e as taxas para investimento foram reduzidas, em média, entre 1 e 2 pontos percentuais em relação ao plano 2019/2020. Segundo o dirigente da FAESC, o setor esperava um corte mais substancial nos juros de, pelo menos, 1% a mais do estabelecido.

“Diante da realidade de remuneração dos produtores e da taxa Selic muito baixa, há a necessidade de maior redução dos juros aplicados no crédito rural. Porém, essa é uma demanda que a FAESC junto com a CNA vai continuar buscando para a próxima safra”, projeta Pedrozo.



DEMAIS MEDIDAS

Para incentivar a construção de armazéns nas propriedades, o Plano Safra destinará R\$ 2,2 bilhões. Para o financiamento de armazéns com capacidade de até 6 mil toneladas nas propriedades, a taxa de juros é de 5% ao ano. Outro setor beneficiado será o da pesca comercial, que terá apoio para acessar o crédito rural. Desta forma, a atividade poderá financiar a compra de equipamentos e infraestrutura para processamento, armazenamento e transporte de pescado.

O Plano também destaca linhas de crédito que contribuem para a sustentabilidade da agricultura. O Programa para Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC), principal linha para financiamento de técnicas sustentáveis, terá R\$ 2,5 bilhões em recursos com taxa de juros de 6% ao ano, uma ampliação de R\$ 400 milhões.

A pecuária também terá apoio financeiro por meio do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro). Os pecuaristas poderão financiar a aquisição de equipamentos e serviços de pecuária de precisão. Os setores da pecuária bovina e bubalina de leite e de corte também estão contempladas nos financiamentos para automação, adequação e construção de instalações.

Os agricultores familiares poderão continuar usando o crédito para financiar e reformar casas rurais. Nesta safra, os recursos para este fim somam R\$ 500 milhões. O filho ou filha do agricultor familiar, que possua Declaração de Aptidão (DAP) da sua unidade familiar, poderá também solicitar financiamento para construção ou reforma de moradia na propriedade dos pais. No Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), o bônus de desconto será elevado para as operações de custeio e de investimento.

Nos investimentos coletivos para atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura, o limite por beneficiário foi ampliado. Os agricultores familiares e os médios produtores poderão financiar atividades de assistência técnica e extensão rural, de forma isolada, por meio do Pronaf e Pronamp, respectivamente.



Reunião da Comissão da Agricultura da Alesc reuniu representantes do setor por videoconferência

FAESC COBRA MEDIDAS DE APOIO À CADEIA LEITEIRA EM SC

O presidente José Zeferino Pedrozo participou em junho de reunião da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa do Estado (Alesc). O encontro por videoconferência reuniu deputados e representantes do setor produtivo para debater medidas de apoio aos produtores de leite que estão sendo impactados pela estiagem prolongada que destruiu pastagens, pela pandemia da covid-19 que reduziu mercado e pelo aumento do preço do dólar que elevou os custos dos insumos. As dificuldades impostas ao setor refletiram no alto custo de produção e na defasagem de preços que o mercado pratica.

Santa Catarina produz mais de 3 bilhões de litros de leite ao ano, é o quarto maior produtor do País com 11% da

demanda nacional. No entanto, o setor vem perdendo produtores anualmente devido ao encarecimento da produção e à falta de reposição dos valores pagos pelo leite. A estiagem agravou a situação neste ano, reduzindo 44 milhões de litros até maio, devido à falta de pastagens. Os pecuaristas também ficaram impedidos de substituir a pastagem por ração, pois os preços do milho e do farelo de soja, impulsionados pela alta do dólar, estão muito valorizados no mercado, o que inviabiliza o uso. Segundo dados da FAESC, os produtores deixaram de tirar 2 milhões de litros de leite por dia dos 8 milhões produzidos diariamente no Estado.

O presidente destacou que apesar do mercado ser o grande regulador do preço do leite, há espaço para

avanços no setor. Segundo ele, é importante que as indústrias conheçam os custos do produtor e estejam dispostas a debater a reposição dos valores. Pedrozo ressaltou que os preços são definidos em reuniões mensais do Conseleite, que reúne representantes de produtores rurais e dos laticínios que processam a matéria-prima.

“Os produtores precisam equiparar seus ganhos aos custos de produção para a situação não se agravar ainda mais”, sublinha Pedrozo. Segundo dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 1.500 produtores de leite estão abandonando a atividade a cada ano em Santa Catarina. Atualmente, a cadeia produtiva reduziu-se a 33 mil produtores.



ENCAMINHAMENTOS

A reunião foi proposta pelo deputado Moacir Sopelsa e conduzida pelo presidente da Comissão de Agricultura na Alesc, deputado José Milton Sheffer. O encontro estabeleceu algumas ações de apoio aos produtores catarinenses. Entre elas estão a prorrogação dos financiamentos com a repactuação do crédito e taxas de juros; a criação de incentivos públicos aos produtores; o aperfeiçoamento da política de integração entre produtores e indústrias e a revisão do sistema tributário catarinense, cujo ICMS é mais oneroso em relação aos demais Estados. “Os deputados trabalharão daqui para a frente para dar esses encaminhamentos”, afirmou Sheffer.

O presidente da FAESC também destacou o pedido dos produtores para que as indústrias antecipem até o dia 15 de cada mês a informação sobre o valor que será pago pelo litro

do leite. Outro pedido é para que as empresas não atrasem o pagamento mensal, situação que foi relatada à

“Precisamos pensar grande para atingirmos o mesmo patamar da produção de aves e suínos em Santa Catarina e nos tornarmos referência também na exportação de leite”.

José Zeferino Pedrozo, presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC

FAESC pelos produtores.

Pedrozo foi enfático ao analisar o futuro da cadeia produtiva de leite no Estado. “Nós precisamos pensar

grande para atingirmos o mesmo patamar da produção de aves e suínos em Santa Catarina e nos tornarmos referência também na exportação de leite”.

Além da FAESC e dos deputados, participaram da videoconferência representantes do Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados (Sindileite); Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC); Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado (FECOAGRO); Associação dos Produtores de Leite do Extremo Oeste; Associação Catarinense de Criadores de Bovinos (ACCB); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc); Secretaria de Estado da Agricultura; Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc); Banco do Brasil e Aliança Láctea Sul Brasileira.

IGUALDADE TRIBUTÁRIA

A FAESC defende medidas estruturantes para tornar o setor da bovinocultura de leite mais competitivo e alcançar os mesmos patamares da produção de aves e suínos no Estado. Entre elas estão a igualdade tributária e a melhor organização da cadeia.

“A produção de leite hoje é cara tanto para o produtor quanto para a agroindústria na hora do recolhimento.

Não há uma coordenação e organização como na cadeia do fumo ou de frango e suíno, produtos de exportação. Essa não é uma realidade só de Santa Catarina, mas do Brasil. Precisamos reduzir custos de produção e diversificar os itens industrializados para assegurarmos produtos de valor agregado, não apenas o leite longa vida (UHT)”, defende o presidente José Zeferino Pedrozo.

ADEQUAÇÕES

Para o dirigente, essa organização também passa por ajustes tributários necessários em Santa Catarina a fim de garantir maior paridade entre os Estados na comercialização.

De acordo com dados do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados de Santa Catarina (SINDI-LEITE), o Estado está perdendo competitividade por apresentar disparidade em relação às demais unidades da Federação no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Há uma diferença de seis pontos percentuais a mais de ICMS na hora da venda do produto UHT catarinense para outros estados como Paraná e Rio Grande do

Sul em função das substituições tributárias criadas pelos governos gaúcho e paranaense para proteger a indústria local, enquanto não há diferenciação na cobrança do imposto para entrada do leite longa vida de fora de Santa Catarina.

Para igualar a tributação, o setor cobra do governo catarinense crédito presumido de 4% na entrada do leite cru in natura, inclusive para as saídas de leite UHT e 7% nas saídas interestaduais de produtos lácteos para o Norte, Nordeste e Centro Oeste. “Temos outros pleitos, mas se o governo resolver isso, muita coisa muda em termos de competitividade”, destaca o presidente do Sindileite, Valter Antô-

nio Brandalise.

Para o presidente da FAESC, as medidas elencadas pelo setor são fundamentais para tornar a produção mais competitiva e, consequentemente, melhorar as condições de trabalho e de rentabilidade dos bovinocultores de leite no Estado.

“Precisamos pensar no desenvolvimento de toda a cadeia. Os produtores precisam melhorar a rentabilidade e a indústria carece de condições igualitárias para tornar-se mais competitiva, visando o mercado externo. O impacto das eventuais crises é bem menor quando há respaldo internacional”, sublinha Pedrozo.

ESTIAGEM PREJUDICA PECUÁRIA E COMPROMETE ABASTECIMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS

A falta de chuva continua preocupando o setor produtivo em Santa Catarina e agravando os prejuízos no meio rural. Considerada a mais severa dos últimos 14 anos no Estado, a estiagem prolongada iniciada em julho do ano passado já reduziu em 10% a produção de milho, 7% de feijão e 20% do leite, e agora está impactando na atividade pecuária e no abastecimento das propriedades rurais.

A preocupação é da FAESC que fez um levantamento da situação em junho junto aos produtores em todas as regiões do Estado. Segundo o vice-presidente, Enori Barbieri, finalizada a safra de grãos, a falta de chuva passou a comprometer o abastecimento dos animais nas propriedades e o desenvolvimento das pastagens de inverno, o que tem impacto direto na produção da pecuária leiteira e de corte. Os problemas mais graves

foram registrados nas regiões sul, planalto serrano e planalto norte, onde a quantidade de chuva foi menor que nas demais regiões.

“No oeste, extremo oeste e meio oeste tem chovido mais, o que ajudou na recuperação das pastagens, mesmo sem o restabelecimento hídrico total na maioria das cidades. Nas demais regiões, os produtores de suínos e aves estão tendo que complementar o abastecimento dos animais e até o consumo próprio com caminhões pipas”, detalha Barbieri ao destacar que a situação para os produtores de leite é mais preocupante.

“Além das pastagens comprometidas pela estiagem, os pecuaristas não estão conseguindo compensar a alimentação dos animais com ração, devido ao alto custo da nutrição animal, influenciado pelos bons preços do milho e da soja no mercado. São

dois problemas que provocam queda na produção de leite nestas regiões”, sublinha.

O presidente José Zeferino Pedrozo chama atenção dos municípios para ampararem os produtores nas regiões mais afetadas. Em todo o Estado, mais de 100 cidades declararam situação de emergência, medida que assegura ações administrativas de auxílio à produção.

“Muitos produtores estão relatando que os prefeitos ainda não declaram situação de emergência. Essa iniciativa é importante porque permite a prorrogação dos prazos dos financiamentos, o que os auxilia neste momento de queda na produção e prejuízos na safra”, ressalta Pedrozo. Além dos decretos, os produtores também estão solicitando recursos para a perfuração de poços artesianos.



Falta de chuva prejudicou produtores catarinenses, especialmente do sul, norte e serra

Epagri/SC

ATEG AUMENTA PRODUTIVIDADE DE LEITE EM SC



O casal de Araranguá, no sul de Santa Catarina, Francisco de Assis Martins e Raquel de Matos Joaquim, viu a produção de leite diária aumentar em 57% em um ano. A produtividade por vaca também atingiu ganho de 80% no período e as despesas caíram 16% na propriedade. A família que tem um rebanho de 33 animais atingiu uma produção média de 9,6 mil litros de leite por mês, quase 4.000 a mais que no mesmo período do ano anterior, utilizando a mesma área.

Na outra ponta do Estado, no município de Formosa do Sul, na região oeste, os produtores Sidimar da Silva e Sibele Grutka também comemoram os resultados da atividade. Sem fazer investimentos altos e com número menor de vacas, eles aumentaram em mais de 70% a produtividade em um ano e meio. Com um rebanho de

32 animais, o casal produzia 11.700 litros de leite por mês e uma média de 12,19 litros diários por vaca. Com adequações de manejos, a produtividade saltou para 24,31 litros por animal ao dia.

As duas famílias fazem parte dos grupos de produtores atendidos pelo programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) na bovinocultura de leite do SENAR/SC, órgão vinculado à FAESC. O programa, em parceria com 51 sindicatos rurais de todo o Estado, atende 62 grupos e 1.785 propriedades em 144 municípios. O objetivo é acompanhar a produção leiteira, auxiliar os produtores no trabalho de campo e orientá-los no gerenciamento das atividades e na gestão dos negócios. Toda essa demanda é atendida por 62 técnicos de campo, quatro supervisores técnicos

e sete supervisores regionais.

Desde 2016, o ATeG leite já atendeu 3.639 produtores e tem alcançado resultados impactantes para a cadeia produtiva. Segundo a coordenadora estadual do programa, Paula Araújo Dias Coimbra Nunes, a assistência técnica e gerencial ajudou a aumentar em 14% a produtividade média de todas as propriedades atendidas no Estado em apenas um ano de atendimento.

“O programa acompanha de perto os produtores, capacitando-os sobre os diversos aspectos da cadeia leiteira como nutrição animal, alimentação, sanidade, reprodução, criação de bezerras, qualidade do leite, manejo de pastagens e administração das propriedades. São técnicas que qualificam a produção e melhoram a produtividade”, destaca Paula.

GANHO DE PRODUÇÃO

Esses resultados são sentidos pelos produtores. “Eu era apenas um tirador de leite, hoje sou um pequeno produtor. A ATeG trouxe muitos avanços”, conta o produtor Francisco de Assis Martins. Há um ano no programa, ele implantou melhorias no manejo das pastagens, piqueteamento das áreas, instalação de água nos piquetes e fez investimentos em infraestrutura e maquinários (sala de alimentação, espalhadeira de fertilizantes e misturador de rações). “Com

isso, conseguimos melhorar a produtividade. As vacas aumentaram de 10 litros para 18 litros por dia”, comemora ele ao contar que a assistência técnica também ajudou a reduzir 4% dos custos operacionais totais e 97% da contagem bacteriana total (CBT).

A melhora na produção também é apontada por Sidimar da Silva e Sibebe Grutka. Após um ano no projeto, eles adequaram a pastagem e disponibilizaram mais água para os animais nos piquetes e na saída da sala de

trato. O pequeno investimento teve grande resultado. Mesmo com cinco animais a menos em lactação, a produção aumentou para 21.105 litros por mês. A qualidade do leite também melhorou, com redução de 44% da contagem de células somáticas (CCS) e 64% da contagem bacteriana total (CBT). “Nossa propriedade evoluiu muito com a assistência técnica e isso demonstra o quanto o programa pode mudar a vida dos produtores”, ressalta Sidimar.



Sebastião Garcia

Produtores Sidimar e Sibebe com a técnica do SENAR Cidiane em Formosa do Sul

MERCADO

O presidente do Sistema FA-ESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, sublinha que a produção de leite em Santa Catarina é destaque no País. O Estado é o quarto maior produtor nacional, com 33 mil produtores e quase 4 bilhões de litros ao ano. A grande bacia leiteira catarinense é a região oeste, que responde por 75% de todo leite produzido - quase 2,4 bilhões.

O desafio, segundo ele, é manter os produtores na atividade e melhorar a competitividade do leite. “Isso passa pela organização da cadeia produtiva e pela melhoria da infraestrutura, técnicas estas que são a base do programa ATeG oferecido pelo Sistema FAESC/SENAR no Estado”, observa.

Para o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Zanluchi, o au-

mento de produtividade registrado pelo programa é o caminho para o fortalecimento do setor. “Há hoje maior profissionalização da pecuária de leite em Santa Catarina. Os produtores estão investindo em qualificação e se tornando especialistas na atividade por meio de programas como o ATeG. É um diferencial que está transformando toda a cadeia”, enfatiza.



Produtores Francisco e Raquel, de Araranguá, viram a produção de leite diária aumentar em 57% em um ano

PROGRAMA MELHORA ÍNDICES

Os técnicos do programa ATeG, Cidiane Petkovicz Pozza e Ricardo Borges, que atendem os produtores nas regiões oeste e sul, respectivamente, afirmam que o desafio da pecuária de leite é melhorar os índices de produtividade por área. “O projeto incentiva os produtores a melhorarem o que eles já têm. É possível ter maior lucro e eficiência, sem necessariamente fazer investimentos com a compra de animais ou estruturas”, explica Cidiane, que atende 30 produtores em quatro municípios da região.

Ela conta que os números alcançados pelos produtores Sidimar e Sibeles em Formosa do Sul refletem adequações no manejo de pastagens, na adubação do solo, na alimentação e melhorias na reprodução do rebanho. “As vacas não tinham acesso a água, havia um bebedouro de 100 litros para 32 animais. Conseguimos distribuir 11 bebedouros nos piquetes e no acesso à sala de trato e a produção deu um salto significativo em questão de meses, passando de 11.700 para 21.100 litros. É isso que a assistência técnica faz, identifica os

pontos críticos e os fatores de risco em cada propriedade e os ataca”, argumenta Cidiane.

Investimentos na correção do solo, no sistema de manejo de pastagens e na adubação são destacados

Sebastião Garcia



Assistência técnica ajuda a manter os produtores no campo e a melhorar a renda

pelo técnico Ricardo Borges como imprescindíveis para o aumento da produtividade leiteira. Ele atende uma turma de 30 produtores de cinco municípios do sul, região que ainda dá os primeiros passos na produção e tem a atividade como secundária,

dividindo espaço com plantações de fumo e maracujá, principalmente. “São pequenas propriedades, mas com muitas áreas ociosas. Elas estão sendo otimizadas para melhorar o aproveitamento e, consequentemente, a produção. Quem já conseguiu organizar as áreas, melhorar o solo e a formação de pastagem já colhe resultados de até 100% de aumento”, cita ele ao destacar que foram essas mudanças que transformaram a produção de Francisco de Assis Martins, em Araranguá.

Outro ponto importante mencionado por Borges é estimular a sucessão familiar nas propriedades, dando continuidade às empresas rurais, como alternativa à falta de mão de obra que reduziu em 40% o número de produtores de leite nos últimos 12 anos no Estado. “Há uma mudança de comportamento em curso que está exigindo maior conhecimento técnico dos produtores. Eles precisam envolver e orientar os filhos para que a atividade seja mantida. Hoje, ficar no campo é uma escolha, não falta de opção”, declara.

SISTEMA FAESC/SENAR DEBATE PANORAMA ECONÔMICO DO AGRONEGÓCIO

Os impactos da estiagem e da pandemia provocada pelo novo coronavírus no agronegócio catarinense foram debatidos em junho pela diretoria da FAESC, em reuniões regionais por videoconferência com os presidentes e coordenadores dos 92 Sindicatos Rurais do Estado. Conduzidas pelo presidente José Zeferino Pedrozo, as reuniões virtuais contaram com a participação dos vice-presidentes Enori Barbieri (FAESC), Antônio Marcos Pagani de Souza (Finanças) e João Francisco de Mattos (Secretaria), além do assessor jurídico Clemerson Pedrozo e do superintendente do SENAR/SC Gilmar Zanluchi. Os encontros online seguiram um cronograma diário e debateram as principais demandas da agropecuária com foco nas peculiaridades de cada região.

De acordo com o presidente José Zeferino Pedrozo, as reuniões acontecem periodicamente nas sedes microrregionais da FAESC e servem como panorama para ações e atividades do sistema sindical no Estado. Neste ano, a crise sanitária mudou o formato para encontros online e concentrou o debate nos desafios impostos ao setor pela pandemia.

“Embora o agronegócio tenha sido enquadrado como atividade essencial desde o início da pandemia, não se pode dizer que não foi impactado. A redução do consumo interno de alimentos atingiu todas as cadeias”, observa o presidente ao acrescen-



tar as dificuldades enfrentadas pelos produtores atingidos também pela estiagem.

“Está sendo um ano atípico e muito desafiador em todos os segmentos. Tivemos impactos severos provados pela estiagem no Estado que reduziu as estimativas de produção para esta safra. Os prejuízos já alcançam R\$ 436 milhões”, calcula Pedrozo ao informar que os agricultores estão solicitando recursos para a perfuração de poços artesianos. “A chuva amenizou a situação em algumas regiões, mas no norte, sul e planalto serrano, os produtores ainda estão com dificuldades”.

Outro problema relatado abrange os produtores de tabaco da região

norte. Eles cobram a reposição de valores da tabela de preços, defasada há anos. “Há uma reclamação generalizada dos fumicultores da região que estão com remuneração abaixo do custo, mesmo com dólar em alta, o que beneficia o tabaco, produto de exportação”.

As reuniões também abordaram medidas de amparo ao agro durante a pandemia. Entre elas, destaque para os leilões virtuais, a elaboração de propostas de linhas de crédito para produtores rurais e pequenos empreendimentos do setor e a prorrogação do prazo para vencimento da Contribuição Sindical Rural 2020 que pode ser paga até 21 de setembro.

SENAR

O superintendente do SENAR/SC, Gilmar Antônio Zanluchi, abordou nas videoconferências as medidas adotadas pela instituição durante a pandemia. Destaque para a distribuição de 10 mil máscaras de tecido para produtores rurais e seus familiares em todo o Estado e a adaptação do ensino e da assistência técnica virtuais durante a crise sanitária.

FAESC REÚNE DE FORMA INÉDITA DIRIGENTES SINDICAIS EM ASSEMBLEIA VIRTUAL

A FAESC realizou em junho Assembleia Geral Ordinária online para prestação de contas do exercício 2019, apresentação do relatório anual de atividades e balanço patrimonial do período. Pela primeira vez na história da Federação, os dirigentes dos 92 Sindicatos Rurais associados em todo o Estado aprovaram as contas e o balanço das ações do ano de forma virtual. A medida seguiu recomendação dos órgãos de saúde para evitar a ampliação do contágio do novo coronavírus.

“Foi histórico para a Faesc porque, além de ser algo inédito, o encontro virtual nos trouxe o uso da tecnologia como oportunidade e reforçou a mudança de hábito necessária para o momento”, declarou o presidente José Zeferino Pedrozo, que coordenou a assembleia.

Pedrozo apresentou o relatório de 60 páginas das atividades do Sistema FAESC/SENAR-SC realizadas no ano e detalhou o balanço patrimonial e o movimento financeiro da Federação no período, com aprovação unânime dos dirigentes regionais.

De acordo com o presidente, grande parte da atuação da Federação



Presidente José Zeferino Pedrozo: “foi um dia histórico para a FAESC”.

em 2019 foi orientada para a defesa técnica e política da agricultura frente à tentativa do Governo do Estado de aumentar a tributação do setor. A vitória do agro se consolidou neste ano, quando a proposta de aumento da tributação do ICMS sobre defensivos agrícolas foi descartada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). “Certamente foi o nosso maior embate do ano na tentativa de

neutralizar a oneração do setor produtivo, que traria reflexos desastrosos para todas as cadeias”, avaliou.

Debates sobre a desburocratização das licenças ambientais, Lei de Integração do Tabaco, mercados agrícolas, avanços na rota do milho, seminários setoriais, reuniões regionais e propostas para simplificar o acesso ao crédito fundiário também entraram na pauta do ano.

SENAR

A assembleia também prestou contas das ações realizadas pelo SENAR/SC. No ano passado, a entidade capacitou 129.819 pessoas que vivem e trabalham no meio rural, organizadas em 4.859 turmas com 229.961 horas de treinamento.

Um dos destaques foi a Assistência Técnica e Gerencial (ATeG), que atendeu 1.778 propriedades em 245 municípios, nas cadeias produtivas de bovinocultura de leite; 1.463 na bovinocultura de corte; 180 na ovinocultura de corte; 90 na

apicultura; 83 na piscicultura; 89 na olericultura e 26 na maricultura.

Os dirigentes dos Sindicatos Rurais do Estado sugeriram a ampliação do programa, com a implantação de novas turmas nos municípios.

BRAVIA



Encontro virtual reuniu dirigentes sindicais de todo o Estado

DEBATES EM 2020

Neste ano, a Federação cobra melhorias para a pecuária leiteira e para o tabaco, dois setores que precisam aumentar a rentabilidade dos produtores. Os temas foram debatidos na assembleia. A FAESC defende a melhor organização da cadeia leiteira, além de adequações na legislação estadual para assegurar igualdade tributária. Para os fumicultores, a entidade busca o cumprimento da Lei da Integração por parte das indústrias e a reposição dos custos de produção na tabela de preços, defasada há anos.

“São demandas urgentes do agronegócio no Estado”, ressaltou o presidente.

Os dirigentes sindicais também solicitam o auxílio da Federação para cobrar melhor atendimento do INSS no Estado aos produtores rurais, que

estão há mais de um ano aguardando retorno para as solicitações de aposentadorias e demais benefícios de direito. A FAESC buscará o apoio da CNA para tratar do assunto.

Outra preocupação levantada pelos produtores da região Sul foi em relação à estiagem prolongada que está prejudicando o abastecimento das propriedades. Uma das solicitações é a perfuração de poços artesianos.

“Temos uma agricultura forte, avançada, competitiva e sustentável. Isso se deve à maior qualificação dos produtores rurais e ao maior investimento do setor. Nosso papel é dar continuidade às capacitações, à defesa técnica e política da agricultura catarinense a à luta pelos direitos dos produtores rurais como a segurança no

“Temos uma agricultura forte, avançada, competitiva e sustentável. Isso se deve à maior qualificação dos produtores rurais e ao maior investimento do setor. Nosso papel é dar continuidade às capacitações, à defesa técnica e política da agricultura catarinense”.

José Zeferino Pedrozo, presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC

campo, o aperfeiçoamento dos planos safra e mais recursos para manutenção e expansão das cadeias produtivas”, sublinhou Pedrozo.



Técnicos prestam assistência na produção e na gestão das propriedades

PRODUÇÃO DE MEL EM ALTA NO ESTADO

Dona Zeni e seu Carlos da Silva são produtores de pólen apícola em Santa Catarina. Moradores de São José, na Grande Florianópolis, eles administram 200 colmeias de abelhas espalhadas em cinco municípios da região metropolitana e comercializam uma tonelada de pólen por ano. A produção gera renda de R\$65 mil por safra anual e se tornou principal atividade econômica da família.

“No primeiro ano de produção de pólen nós conseguimos comprar um carro zero à vista. Melhorou nossas vidas”, conta Zeni. O pólen apícola é resultado da aglutinação do pólen e do néctar das flores com substâncias salivares das abelhas e tem alto valor agregado. Cada quilo do produto é vendido por R\$65, dez vezes maior que o valor do mel, cotado hoje entre R\$ 6 e R\$ 8 ao quilo.

A família Silva faz parte do grupo de produtores atendidos pelo programa de Assistência Técnica e Gerencial

(ATeG) do SENAR/SC, órgão vinculado à FAESC. O programa, em parceria com os sindicatos rurais de São José, Orleans e Vidal Ramos, atende atualmente 110 propriedades em 23 municípios. O objetivo é acompanhar a produção dos apicultores, auxiliar no trabalho de campo e orientar no gerenciamento das atividades e na gestão dos negócios. Desde 2016, o ATeG já atendeu 180 produtores e tem alcançado resultados impactantes para a cadeia produtiva. Segundo a coordenadora estadual do programa, Paula Araújo Dias Coimbra Nunes, a assistência técnica e gerencial ajudou a aumentar em 35% a produtividade dos apicultores no Estado.

“O programa auxilia na organização das propriedades e na verticalização da atividade, com acompanhamento técnico mensal, o que dá maior segurança aos produtores e possibilita investimentos mais calculados. Pequenos ajustes mudam com-

pletamente o cenário e incrementam a produção”, ressalta Paula.

“Com a ATeG nós aprendemos técnicas para reduzir custos e melhorar a colheita, através de pequenas mudanças, como fazer em casa as lâminas de cera e as fitas para combate de ácaros. Estamos colocando em prática e já sentimos que o nosso trabalho melhorou bastante”, conta Zeni.

É o que também aponta o apicultor Cristiano Eiyng, morador de Orleans, no sul do Estado. Ele produz 50 toneladas de mel por ano, com 1.000 colmeias. A apicultura é atividade principal e uma tradição da família. Segundo Cristiano, que está no primeiro ano de ATeG, o programa aumentou a produtividade, através do melhoramento genético das abelhas. “Aprendemos a selecionar e a criar um núcleo das abelhas rainhas, o que melhorou muito a produção. Não sabíamos fazer isso e o programa ensinou o passo a passo, tudo na prática”.

MERCADO

O presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, destaca que Santa Catarina produz o mel eleito cinco vezes o melhor do mundo, título que orgulha a cadeia produtiva e o setor do agronegócio. No Estado, 10 mil famílias com 300 mil colmeias garantem produção de 6.000 toneladas de mel por ano. Todo esse volume abastece o mercado interno e grande parte é exportada,

especialmente para os Estados Unidos e para a Alemanha, o que também coloca Santa Catarina como o maior exportador do Brasil.

“O programa ATeG tem grande participação nestes números que mostram a força da apicultura catarinense”, sublinha Pedrozo ao destacar que as duas maiores agroindústrias exportadoras de mel são catarinenses: Prodapys, de Araranguá e

Minamel, de Içara.

O aumento da produtividade também é enaltecido pelo superintendente do SENAR/SC, Gilmar Zanluchi. Ele cita que a melhora em 35% nos resultados certifica a importância da assistência técnica e impõe maior responsabilidade. “Temos uma atividade em ascensão e um produto muito bem valorizado que é destaque no mundo todo”.

COMO FUNCIONA O PROGRAMA

Os técnicos em apicultura da ATeG, Joyce Teixeira, José Carlos Firpo e Ricardo Scasso, detalham que a assistência técnica e gerencial nas propriedades acompanha os apicultores em todas as etapas de produção, desde atividades de campo até processos gerenciais. Durante dois anos, os técnicos fazem visitas mensais aos produtores e controlam de perto a evolução da atividade. O trabalho tem transformado os manejos, através de orientações sobre controle da nutrição, sanidade, genética, manejo dos espaços, controle populacional e análise de gestão.

Joyce atende a equipe da região metropolitana de Florianópolis e tem o desafio de viabilizar o registro do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para regulamentar a comercialização aos produtores. A região estuda a criação de um consórcio entre os municípios para garantir que os apicultores possam vender mel e subprodutos livremente no mercado regional. Hoje, eles precisam submeter a produção a entrepostos, o que reduz a margem de lucro.

“A região produz 90 toneladas de mel por ano e a nossa maior batalha é ajustar a comercialização para assegurar melhor os produtores”, afirma Joyce ao adiantar que o programa ATeG resultou no aumento da produtividade local. “Produtores com 600 colmeias que produziam 8kg de

mel por caixa com um ano de ATeG já estão colhendo 20kg por caixa. A atividade que era uma alternativa de renda para 80% dos produtores, hoje é atividade principal”, relata. Além do mel, os apicultores produzem própolis e pólen apícola. A safra é no período quente do ano, entre dezembro e maio.



Apicultores do sul do Estado dobraram a produção neste ano

O técnico Ricardo Scasso, que atende produtores do sul do Estado, destaca que a safra do mel deste ano está melhor que a do ano passado e já registra 50% de aumento na produção. Segundo ele, a mudança climática está alterando o sistema floral

e provocando uma colheita atípica. “Até novembro do ano passado, a colheita estava ruim, a florada não estava acontecendo. Neste ano, há um descontrole floral que favoreceu a produção. Os apicultores foram beneficiados pela natureza e com a contribuição da ATeG, estão produzindo o dobro da safra anterior”, explica.

A região sul produz 400 toneladas de mel por ano. Segundo Scasso, dos 29 produtores atendidos pelo programa no momento, 11 têm a apicultura como atividade principal. “No grupo, nós tivemos aumento no número de colmeias, além do aumento de 40% na produção de mel que representa 24% acima da média da região sul. Os apicultores estão vendo resultado e investindo mais”, sublinha Scasso.

Na região do vale do Itajaí, os 29 apicultores de sete municípios atendidos pela ATeG produzem 55 toneladas de mel por ano. Em sete meses do programa, de acordo com o técnico José Carlos Firpo, os produtores aumentaram em 20% a produtividade. “O método de multiplicação dos enxames está transformando a produção e trazendo evolução aos apicultores. Antes, a preocupação era com a captura das abelhas e agora eles estão mudando o pensamento, produzindo e multiplicando os enxames, o que aumenta e melhora a colheita”, explica Firpo.



Faculdade CNA, polo São Joaquim, está localizada junto ao prédio do sistema FAESC/SENAR no município

FACULDADE CNA ABRE VAGAS PARA GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA EM SÃO JOAQUIM

A Faculdade CNA abriu em junho as inscrições para o processo seletivo do segundo semestre de 2020, com ofertas de vagas nas áreas de gestão com foco no agronegócio. A seleção vai até 25 de julho e disponibiliza vagas para Santa Catarina, no polo de ensino localizado em São Joaquim.

Os interessados em se capacitar nesse setor podem se candidatar para os cursos de graduação em Gestão do Agronegócio (3 anos), Gestão Ambiental (2 anos), Gestão de Recursos Humanos (2 anos) e Gestão de Processos Gerenciais (2 anos).

São três formas de ingressar na Faculdade CNA: quem já possui um curso superior participará da seleção por meio de análise documental. Para os demais, é possível ingressar por meio do boletim de Desempenho do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) – com nota igual ou superior a 250 pontos em um dos exames a partir de 2017 ou ainda pelo vestibular online por meio de prova de Redação.

Embora os cursos de graduação sejam a distância, no momento da ins-

crição os candidatos devem escolher um dos 11 polos da Faculdade CNA: São Joaquim é o único catarinense e os demais estão localizados nos municípios de Gandu e Luís Eduardo Magalhães (BA), Fortaleza (CE), Rio Bananal (ES), Cuiabá (MT), Santa Izabel do Pará (PA), Campina Grande e João Pessoa (PB), Palmas (TO) e Brasília (DF).

De acordo com a secretária da Faculdade CNA Santa Catarina, Izabela Goulart, este é o segundo processo seletivo realizado em São Joaquim. Os cursos foram trazidos ao Estado no início deste ano e contam com 81 alunos selecionados no primeiro semestre. Para o próximo, são 350 vagas abertas para cada curso em todo o Brasil.

O presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC e vice-presidente de finan-

ças da CNA, José Zeferino Pedrozo, destaca que a graduação a distância focada em gestão auxilia produtores rurais e empreendedores no aumento de competitividade e na sustentabilidade dos estabelecimentos.

“Os cursos fomentam a formação de gestores que possam contribuir no plantio e manejo, além da comercialização dos produtos. São técnicas que ensinam desde o diagnóstico das propriedades até o desenvolvimento das potencialidades do empreendimento, promovendo a qualidade e o crescimento da produção”, sublinha.

A mensalidade dos quatro cursos custa R\$ 179. Para outras informações e inscrições, acesse: www.faculdadecna.com.br. Para contato com o polo em São Joaquim, ligue: (49) 3233-0260.

Cursos ofertados:

- Gestão do Agronegócio - 3 anos
- Gestão Ambiental - 2 anos
- Gestão de Recursos Humanos - 2 anos
- Gestão de Processos Gerenciais - 2 anos

AGRO +

AGROPECUÁRIA CATARINENSE

Grande produtor de alimentos, Santa Catarina ampliou o faturamento do setor agropecuário em 2019. O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) chegou a R\$ 33,6 bilhões, um aumento de 8,8% em relação ao ano anterior. A alta foi impulsionada principalmente pelo desempenho da produção pecuária. Os dados fazem parte da Síntese Anual da Agricultura e dos Indicadores de Desempenho da Agricultura e do Agronegócio de Santa Catarina, documentos elaborados pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa). A suinocultura foi o grande destaque da agropecuária catarinense no último ano e superou o valor da produção de frangos pela primeira vez em 20 anos. A produção de suínos se tornou responsável por 19,2% do VBP catarinense, alcançando um valor de R\$ 6,47 bilhões. As receitas geradas pela cadeia produtiva, na fase de criação dos animais, foram 35% maiores do que em 2018.



APLICATIVO PARA SEGURO RURAL

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançou em junho o aplicativo PSR – Programa de Seguro Rural, criado pelo Departamento de Gestão de Riscos e desenvolvido em parceria com a Embrapa Informática Agropecuária. O aplicativo possibilita aos produtores e interessados o acesso a informações do mundo do seguro rural de forma consultiva. O aplicativo não é negocial, ou seja, o produtor não faz contratação de seguro com essa ferramenta. O aplicativo PSR vai ajudar a disseminar a cultura do seguro rural no País entre os produtores que ainda não contratam essa ferramenta de gestão de riscos. Além disso, vai acirrar a concorrência saudável entre as companhias de seguro credenciadas no PSR, que ofertam diferentes opções de produtos e serviços de seguro rural no programa, muitas delas desconhecidas pelos produtores.



LEITURA VIRTUAL

Uma boa opção para quem está em casa em isolamento social por causa da pandemia do coronavírus é estudar pela internet. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) oferece mais de 170 cartilhas online. Os materiais trazem dicas, por exemplo, para criação de aves, cavalos, hortaliças e até o turismo rural. O material pode ser baixado gratuitamente, mas, para acessá-lo, é necessário fazer um cadastro no site do Senar. Acesso o link para saber mais: <https://www.cnabrazil.org.br/senar/colecao-senar>.



PRODUÇÃO DE CARNE DE FRANGO

De acordo com o Relatório Semestral sobre Mercados Globais de Alimentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, a previsão é de que a produção mundial de carne de aves atinja 137 milhões de toneladas em 2020, 2,4% a mais do que em 2019. Os aumentos são esperados na China, União Europeia e Reino Unido, Brasil e México.



O AGRO NÃO PARA!

Nós estamos com você!



 **FAESC**
Federação da Agricultura
e Pecuária – Santa Catarina
www.faesc.com.br

 **SENAR**
Santa Catarina
www.senar.com.br